

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: HISTÓRIA ORAL
PROFESSORA: HEBE MARIA MATTOS
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

O PAPEL DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Questão 1: Com base nas leituras da apresentação e do dossiê “Questões Metodológicas” do livro Usos e Abusos da História Oral (Marieta Ferreira e Janaína Amado), e nos capítulos trabalhados do livro Ouvir Contar, de Verena Alberti, discuta o papel da história oral como metodologia da história, enfatizando: o que documenta a fonte oral? Em que áreas da pesquisa ela abre novas possibilidades de investigação? Quais as principais polêmicas em torno das definições e usos da história oral, presentes entre os frequentadores do campo?

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não se faz história sem fontes; mas só com fontes também não se faz história. A história, enquanto ciência essencialmente qualitativa, só é possível quando se tem as fontes e – a um tempo – o conhecimento necessário para a análise destas fontes. Dito de outra forma, o historiador inicialmente precisa portar numa das mãos uma teoria explicativa, e na outra uma metodologia para o exame das fontes.

Para cada fonte um método de crítica interna e externa adequado. O que determina o método são as características da fonte, da mesma forma como o que determinada a produção e utilização de conceitos é a realidade objetiva e nunca o contrário.

A história oral é, portanto, uma metodologia: formula questões e se esforça por produzir um *caminho* para que se possa dar respostas satisfatórias a estas questões. Não a vejo como uma mera técnica e muito menos como uma disciplina específica. Tentaremos, ao discutirmos os autores propostos, aprofundar estas reflexões.

Talvez a maior singularidade da história oral seja o problema da intersubjetividade, quer dizer, o trabalho com uma fonte primária que literalmente pensa e fala, tem sentimentos, se aborrece, ama, odeia, tem preconceitos, enfim..., é viva e em constante transformação, e que se altera em função da presença do próprio historiador. As memórias, como veremos, não são metafísicas. Muito pelo contrário, são dialéticas, possuem, digamos, vida orgânica; são organismos vivos e em constante transformação, movimento, a despeito de suas “zonas de estabilidade”. Conhecer estas memórias – via relatos orais – é o grande desafio, só possível com um método, quer dizer, com história oral.

Penso, no entanto, que qualquer metodologia sobre qualquer tipo de fonte perde suas potencialidades quando não vem – antes – acompanhada por uma teoria explicativa sobre os processos de permanência e transformação das sociedades. Se uma das missões da história é explicar o presente com base no passado, com base no processo de constituição deste presente, então a teoria deve anteceder o método, e método nenhum pode substituir a teoria. Um método sem uma teoria é uma ferramenta inútil. Quando isto ocorre, a história deixa de ser ciência para ser – aí sim – uma mera disciplina cuja função é apenas relatar fatos e visões sobre estes fatos sem nenhuma conexão lógica, sem nenhum fio condutor, sem nenhum compromisso com a *explicação do presente*. E

mais, não ultrapassa os limites da micro-história, perdendo-se entre as árvores e jamais capacitando-se a compreender o bosque, e por conseqüência, a própria árvore.

O QUE DOCUMENTA A FONTE ORAL?

A história oral converte depoimentos em fontes primárias. O conteúdo destes depoimentos é *subjetivo*, ao contrário, por exemplo, de um decreto qualquer publicado em diário oficial. A fonte *objetiva* é aquela que existe independentemente de nossa consciência e fora dela. A fonte *objetiva* não depende da consciência dos homens para existir, e mesmo que todos os nazistas modernos se recusem a aceitar a existência de campos de concentração, o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial é um dado já exaustivamente confirmado por uma infinidade de provas *materiais* irrefutáveis, assim como os maus-tratos a escravos em nosso período colonial é fato denunciado pelos instrumentos de tortura achados em propriedades de senhores de engenho, por exemplo. A fonte *subjetiva* depende da consciência para existir. Falamos, portanto, de algo que só pode existir como produto da consciência dos homens. Falamos aqui de *memória*.¹

Encontramos uma boa definição de *memória* em Henry Rousso: “A *memória*, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto, não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam seqüelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas (...). A *memória*, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado

¹ A exploração do homem pelo homem se realiza, na sociedade capitalista, pela extração da mais-valia, que é objetiva, independe de tanto o patrão quanto o empregado concordarem ou não com a sua existência. Mas a percepção que a maioria dos trabalhadores tem sobre o conceito de “exploração” não é a mesma que encontramos nos estudos de Marx sobre o modo de produção capitalista. Um trabalhador assalariado moderno entende, em geral, que é explorado quando seus direitos trabalhistas não são respeitados ou quando o seu salário é baixo para os seus padrões de consumo culturalmente definidos. Assim, pode muito bem um trabalhador assalariado, ao se recordar de um determinado patrão, afirmar que tal patrão não o explorava já que “pagava tudo direitinho” e “o salário era muito bom!”, acima do que era pago pelos outros patrões. A mais-valia é *objetiva*; a memória do trabalhador é *subjetiva*. Só o conhecimento científico é capaz de demonstrar a alienação, quer dizer, a distorção entre a realidade e as representações sobre esta realidade. Penso que a história, enquanto ciência, tem como uma de suas atribuições reconstruir o passado tal como ele realmente se deu e demonstrar também – através da história da memória ou da história das mentalidades – que o processo histórico real e suas representações caminharam juntos, um condicionando o outro, um modificando o outro, dialeticamente. Os extremos devem ser evitados. Nem só a história “real (ou material)” deve bastar para o historiador, como assim o fizeram os economicistas que afirmavam que o econômico era tudo, explicava tudo, era o centro de tudo, que as relações sociais de produção eram relações econômicas e não sociais como o próprio termo nos indica (relações humanas no seu sentido mais amplo); mas também nem só a história da memória, das representações é o que conta, caindo-se num mundo hegeliano, quer dizer, no mundo das idéias como o único existente. A história dos homens é a história *material* e *espiritual* dos homens. Se uma é contada sem a outra temos qualquer coisa, menos História. Por exemplo, os marxistas economicistas têm dificuldades para explicar a exploração extra-econômica operada no curso da Idade Média. Tal exploração só era viável pelo uso continuado da superestrutura ideológica, da religião como instrumento de coação ideológica. A história das mentalidades é fundamental para compreender o período medieval europeu. Por outro lado, não se pode explicar adequadamente as razões da Rebelião de Túpac Amaru limitando-se os estudos apenas à mitologia dos indígenas peruanos, desprezando-se a brutal exploração colonial espanhola do final do século XVIII em nossa América. Penso, portanto, a História como uma totalidade de fatores em movimento. Francamente, para mim não existe *história econômica*, *história das estruturas políticas*, *história social*, etc. Para mim só existe *História*.

*que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. (...) ela constitui (...) um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.*²

Em tal definição emerge o conceito de *memória coletiva*, segundo o autor, o objetivo de toda a história da memória. Esta memória coletiva seria a representação do passado compartilhada por um grupo significativo e que sejam aceitas pelo grupo ou até mesmo fora dele. Penso, aqui, por exemplo, na memória coletiva dos trabalhadores do ABC paulista nas greves de 1978 e na memória coletiva da burguesia industrial paulista do mesmo período. A história da memória aqui seria, grosso modo, a história da memória dos operários e dos patrões e suas respectivas evoluções cronológicas. “(...) os historiadores em geral admitem, de maneira mais ou menos declarada, que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – **contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo**, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’. Fazer história dessas manifestações, isto é, realizar ‘uma pesquisa sobre a representação autóctone de fatos passados e de sua evolução cronológica’ (...), permite chegar mais perto da noção de memória coletiva, ainda que por uma abordagem empírica, própria dos historiadores. Eis o objetivo de toda a história da memória”.³ O caráter recorrente e repetitivo é fundamental para que tal memória seja de fato coletiva. A recordação de apenas um operário, por exemplo, não compartilhada por mais ninguém é uma memória apenas individual.

Podemos dizer que a fonte oral documenta a memória individual e sobretudo coletiva.

Mas tal memória é também ação. “Conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e **disputar** significados e desencadear ações”.⁴ Exemplo recente em nossa história é o valor que a palavra *democracia* ganhou de positivo para o povo brasileiro, em virtude de décadas de autoritarismo. As esquerdas revolucionárias, a partir desta constatação, reconstruíram suas respectivas histórias inserindo nelas a luta heróica pela democracia. Nestas condições, as esquerdas revolucionárias passaram a se incluir entre aqueles setores que fizeram parte da *resistência democrática*. Mas, contudo, entretanto, todavia..., “Numa entrevista a Elio Gaspari, Daniel Aarão Reis Filho afirmou que ‘não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática (Folha de São Paulo, p. A14, 23 de set. 2001)”.⁵

As memórias estão sempre em disputa umas com as outras. “Robert Frank (...) propôs uma classificação em quatro níveis, que vai desde a memória oficial da nação⁶, passando pela memória dos grupos (dos atores, dos partidos, das associações, dos

² FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), *USOS & ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996, ROUSSO, Henry, pp. 94, 95 (grifos meus).

³ Idem, p. 95 (grifo meu).

⁴ ALBERTI, Verena, *Ouvir contar – Textos em História Oral*, FGV, 2004, p. 33 (grifo meu).

⁵ REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (orgs.), *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*, EDUSC, 2004, p. 55, nota de rodapé 7.

⁶ “E assim a nação que construiu a ditadura absolveu-se e reconstruiu-se como uma nação democrática, reconciliando-se, reconciliada, legitimando, uma vez mais, a sugestão do pensador francês, E. Renan, que, há mais de cem anos, já dizia, sem nenhuma sombra de cinismo: ‘O esquecimento, e eu direi mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação... assim, o progresso dos estudos históricos é freqüentemente um perigo para a nacionalidade’”. REIS, Daniel Aarão, op. cit., p. 50.

militantes de uma causa etc.) e pela memória erudita (dos historiadores), até a memória pública ou difusa.^(...) Alessandro Portelli, finalmente, chama a atenção para o fato de, em sociedades complexas, os indivíduos fazerem parte de diversos grupos e, portanto, deles extraírem as diversas memórias e organizá-las de forma idiossincráticas”⁷.

Aqui nos deparamos com o problema da intersubjetividade. A escolha do método para o trabalho com fontes orais deve levar em consideração esta singularidade. “(...) em contraste com a arqueologia ou a demografia histórica, que não podem fazer mais do que suscitar novos objetos e uma nova documentação, a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (...) [arquivos orais] como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história.⁸ Que essa relação, **diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada**, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial”⁹.

Não podemos nos esquecer, neste processo, de que o homem é um *ser social*; este *ser social* determina, em última instância – e em geral¹⁰ – a sua consciência. A sua memória é a memória de um *ser social* não do tempo a que se refere seus depoimentos mas do tempo em que presta os seus depoimentos. Tudo que é subjetivo é muito complexo mesmo.

A metodologia da história oral é semelhante em muitos aspectos ao exame de outras fontes (crítica interna, externa, etc.) mas se difere fundamentalmente delas em função de ser uma fonte, digamos, subjetiva, viva. Aqui reside a sua especificidade e é também aqui o seu elevado grau de complexidade em virtude da intersubjetividade já superficialmente discutida. “(...) podemos dizer que a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação. No caso de textos antigos, esse trabalho requer um estudo histórico e gramatical prévio, que nos coloque na posição de um

⁷ ALBERTI, Verena, *Ouvir contar – Textos em História Oral*, FGV, 2004, p. 39.

⁸ “(...) a entrevista – e a relação de entrevista -, além de se constituir num todo, é sempre única, não havendo possibilidade de se repetir em outras circunstâncias. Se um mesmo entrevistado for procurado mais tarde por outros pesquisadores, mesmo que com objetivos semelhantes, para prestar um novo depoimento, as duas entrevistas poderão até ser parecidas, **mas jamais serão iguais: a relação entre as partes será diferente, a começar pelas pessoas que não serão as mesmas**” (grifo meu). “Há pessoas que nos perguntam se a atuação do entrevistador ao conduzir uma entrevista não compromete a imparcialidade do depoimento, uma vez que se leva o entrevistado por caminhos traçados pela pesquisa, ao invés de deixá-lo falar espontaneamente. É evidente que isso acontece, e sabemos que não há como fugir a isso em trabalhos com a história oral e em pesquisas históricas em geral. **Se admitirmos a interferência de nossa própria visão do objeto de estudo na forma de conduzir uma pesquisa, teremos andado meio caminho em direção à ‘objetividade científica’ nas ciências sociais**” (grifo meu). ALBERTI, Verena, *MANUAL DE HISTÓRIA ORAL*, FGV, Rio de Janeiro, 2004, pp. 105, 106, 119, 120.

⁹ Idem, FRANÇOIS, Etienne, p. 9 (grifo meu).

¹⁰ Penso que toda generalização absoluta é injusta e burra. Nem todos estão presos ao seu *ser social*. Na história, são inúmeros os exemplos de homens que nunca se deixaram dominar pelo seu *ser social*. Exemplo: Engels, companheiro teórico de Marx, que em boa parte de sua vida foi também membro da burguesia industrial. Há homens que são levados pela história, que se comportam como deveriam se comportar de acordo com as “leis gerais do movimento histórico”. São aqueles cujo comportamento é previsível. Mas há homens que, movidos por “idealismos” diversos superam tais leis (que são sociais e não naturais, daí a complexidade das ciências sociais) comportando-se na história como atores movidos por uma vontade consciente. Eu diria que o *ser social* determina a *consciência*, mas a *consciência* também é capaz de determinar o *ser social*.

*leitor de época. No caso de entrevistas de história oral, ele também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos. [§] Mas (...) o tornar a vivenciar a experiência do outro nunca será completo. A compreensão é um processo de elevado esforço intelectual que jamais chega ao fim, diz Dilthey. (...) a hermenêutica nunca produz a certeza demonstrável”.*¹¹

EM QUE ÁREAS DA PESQUISA A HISTÓRIA ORAL ABRE NOVAS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO?

Dizem que a História é escrita pelos vencedores. Faz sentido... Mas aqui falamos da história oficial, ou mais precisamente, a versão verdadeira do passado porque aprovada pelas classes dominantes, controladoras hegemônicas do aparelho estatal. O golpe de classe de 1964, na história oficial predominante no regime militar, era chamado de Revolução. A versão sobre Getúlio Vargas como o “pai dos pobres”, aquele que teria dado aos *trabalhadores do Brasil!* um conjunto de leis protetoras do trabalho atravessou todo o período populista de nossa história, e de tão reacionária que era não foi questionada pelos governos militares pós-64 (inimigos mortais do populismo nacional-desenvolvimentista) e por uma simples razão: conceber os ganhos obtidos na CLT de 1943 como o resultado de negociações e lutas do movimento operário desde o início do século XX seria incluir os proletários como sujeitos ativos da história, e mais do que ativos, vitoriosos. Tal versão jamais poderia ser aprovada e divulgada por qualquer aparelho de Estado comprometido com os interesses do capital, dado o seu caráter pedagógico-*subversivo*. Constitui preocupação recorrente de inúmeros historiadores o resgate da história do movimento operário brasileiro. Mas não só do movimento operário! Dos negros, das mulheres, dos escravos, enfim, daqueles que foram intencionalmente esquecidos pela história oficial.

Neste sentido, a história oral abre um campo enorme de pesquisa sobre um novo tipo de fonte primária (entrevistas) mas que, por razões óbvias, tem seus limites no tempo: não é possível entrevistar alguém que tivesse testemunhado ou vivido na época da nossa Proclamação da República, ou no 7 de setembro de 1822. Os limites da história oral no tempo são determinados pelo tempo de vida dos homens. Por isso, as potencialidades da história oral estão centradas na história do tempo presente e das mentalidades, e – ao mesmo tempo – na história daqueles atores que foram escondidos nas sombras do palco da história oficial. Impossível não dizer: a história oral veio *literalmente* para dar voz aos excluídos da história.

Este *dar voz aos excluídos* é fundamental para que lacunas não preenchidas por outras fontes sejam cobertas. A história oral, em determinadas pesquisas, é a única porta de entrada para o passado. “*Mas o que faz um pesquisador procurar um indivíduo que tenha sido ator ou testemunha de determinado acontecimento ou conjuntura para fazer dele um entrevistado? Com certeza a busca de alguma informação e de algum conhecimento que aquele indivíduo detém, e que o próprio pesquisador – mesmo que muito bem informado e preparado – não detém. Se não, é evidente que não haveria necessidade de se despender tempo e verbas na realização de uma entrevista. Só convém recorrer à metodologia de história oral quando os resultados puderem efetivamente responder a nossas perguntas e quando não houver outras fontes disponíveis – mesmo entrevistas realizadas – capazes de fazê-lo*”.¹²

¹¹ ALBERTI, Verena, *Ouvir contar – Textos em História Oral*, FGV, 2004, pp. 18, 19 (grifo meu).

¹² Idem, p. 23.

A história oral, portando, como nos explica Verena Alberti, pode nos ser útil no fazimento de histórias do cotidiano, de histórias políticas (estudo de redes de relações, de canais de ingresso em determinadas carreiras, de estilos políticos de indivíduos e grupos, e etc.), de história de comunidades, de instituições públicas e privadas, de indivíduos (biografias) e suas experiências (que muitas vezes podem contradizer generalizações, ampliando a percepção histórica), de tradições culturais, de representações do passado (história de memórias), e muito mais.¹³

Uma concepção materialista e dialética nos é dada por Verena Alberti ao estabelecer claramente a relação do sujeito (o pesquisador-historiador) com o objeto (o entrevistado, a sua memória): a história oral nos permite estudar a subjetividade e as representações do passado como *dados objetivos*, quer dizer, entes que existem independentemente de os historiadores aceitarem ou não a sua existência. E o mais importante, que tais subjetividades e representações do passado são um dos diversos vetores que determinam o curso da história, influenciam neste curso, condicionam e são condicionados pelos demais vetores (econômicos, políticos, etc.) do movimento histórico, dialeticamente. Não tomar em conta o caráter *objetivo* das representações sobre o passado e da memória é desconsiderar uma das dimensões dos processos de permanência e transformação das sociedades e, portanto, é não saber fazer história, ou melhor, é não ser capaz de reconstituir o passado na sua totalidade. Uma história que não se alimenta de todas as dimensões do humano é uma história desnutrida.¹⁴

QUAIS AS PRINCIPAIS POLÊMICAS EM TORNO DAS DEFINIÇÕES E USOS DA HISTÓRIA ORAL, PRESENTES ENTRE OS FREQUÊNTADORES DO CAMPO?

Começemos pelas questões mais filosóficas. Penso que o real existe mesmo e é ele mesmo e não outra coisa. Dito de outra forma, não existem realidades, existe uma realidade só, objetiva, concreta. As interpretações ou representações sobre esta realidade – que é, repito, única – podem variar (a subjetividade é sempre diversa), mas em nada mudam o fato de que a realidade objetiva continuará existindo como ela *realmente é*, e não como gostaríamos que fosse. Como exemplo poderíamos citar a contradição irreconciliável entre os interesses dos Sem-Terra e o latifúndio. Interpretar tal conflito como sendo, por exemplo, o resultado de uma imaturidade de ambas as partes em construírem juntos – de mãos dadas - a *cidadania*¹⁵ é escamotear o fato objetivo de que

¹³ “Vale lembrar que as possibilidades de uso da história oral vão além das atividades de pesquisa e documentação no âmbito das ciências humanas. No ensino de história, por exemplo, alguns recursos oferecidos pela história oral podem ser úteis: uma entrevista pode tornar o aprendizado mais fácil, porque trata de experiências concretas, narradas de forma direta e coloquial, e **os alunos também podem fazer entrevistas sobre as histórias da comunidade e das famílias. Além de passar a conhecer estas histórias, o estudante desenvolve várias habilidades: o planejamento do trabalho, a prática de pesquisa e a capacidade de falar com pessoas desconhecidas**”. Ibidem, p. 28 (grifo meu).

¹⁴ “Podemos, pois, concluir, com relação à especificidade da história oral: sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado *tomados como dados objetivos*, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado”. Ibidem, p. 42.

¹⁵ Tenho muitas reservas ao uso desta palavra *cidadania*. Ela tem se prestado a toda sorte de discursos. Não examinaremos aqui as debilidades desta expressão, mas penso que o seu emprego tem contribuído muito mais para perpetuar a alienação do que para desvendá-la. Em geral, conceber todos os indivíduos de uma nação como cidadãos, e por extensão, iguais uns aos outros em direitos e deveres (todos são iguais perante a lei, como nos ensina a nossa Constituição) é escamotear o fato *objetivo* de que os ditos *cidadãos* têm relações diferenciadas de propriedade sobretudo com os meios de produção. Neste sentido, o termo *cidadão* é falso porque tenta demonstrar uma igualdade que só existe no mundo das idéias, na ilusão ingênua de que isto se verificaria no direito ao voto (o voto de um banqueiro valeria tanto quanto o

os interesses dos camponeses, a solução da falta de terras para eles reside na concentração das terras nas mãos do latifúndio e que, portanto, o que é bom para o camponês não é bom para o latifúndio, e *construção nenhuma de cidadania* será capaz de conciliar tais interesses tão antagônicos. Tento aqui dizer que embora as interpretações sejam diversas, umas estão mais próximas da realidade objetiva do que outras. E, vale dizer, algumas fogem da realidade como o diabo, da cruz. Portanto, nem todas as representações são válidas. O que indicaria o grau de validade de uma representação seria o grau de aproximação desta representação sobre o que de fato ocorre do mundo real. Como o real é infinito, qualquer representação válida somente expressará uma parte do real, ou seja, será sempre relativa.

Neste sentido, estou plenamente de acordo com a posição de Verena Alberti: *“Observe-se que esse ‘jamais chegar ao fim’ a que está fadada a compreensão também está na base do fascínio da história oral. Como nenhuma interpretação é completa, haverá sempre espaço para novas possibilidades, que, novamente, não darão conta da totalidade, e assim por diante. Mas se tomarmos esse infinito de possibilidades ao pé da letra, corremos o risco de cair em um relativismo exacerbado, que confere validade a toda sorte de interpretações: tudo se torna possível, já que não há certeza demonstrável. Essa espécie de vertigem pode chegar ao ponto de isentar o pesquisador de todo esforço hermenêutico: sob a alegação de que toda interpretação é apenas uma possibilidade, basta colher e divulgar as expressões do vivido (isto é, as próprias entrevistas). Creio, contudo, que as entrevistas têm valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam”*.¹⁶

Henry Rousso diverge de Verena Alberti. Para ele, é uma ilusão descrever ou explicar “o que realmente aconteceu”.¹⁷ E penso que também admite a validade de qualquer interpretação, salvo melhor juízo, senão vejamos: *“Portanto a história da memória é um excelente exercício crítico – e um exercício permanente – sobre o próprio ofício do historiador, muito diferente de qualquer pretensão à normatividade. Ela permite resistir a essa outra ilusão nefasta que consiste em acreditar que os historiadores são os depositários da verdade histórica: ao recolocar a história erudita simplesmente em seu lugar, ao ser forçado a reconhecer que nenhum historiador jamais escapa às indagações do seu tempo, inclusive quando escreve uma história de memória – como se vê pela escolha de temas mais freqüentemente estudados nessa nova tendência historiográfica –, ele reafirma energeticamente que a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos”*.¹⁸

Se fazer história é mais do que encontrar ou produzir (no caso das entrevistas) fontes, então devemos nos ater à discussão sobre estas fontes. Privilegiar a fonte oral em detrimento de outras fontes para o conhecimento histórico seria o correto? Para alguns, a fonte oral deve ser privilegiada em história oral; para outros, a fonte oral deve ser vista

voto de um desempregado), por exemplo. É difícil entender como um presidente da República poderia governar para *todos os brasileiros*, cuidando dos interesses de todos sem distinções de qualquer ordem, de todos os *cidadãos*, se os interesses entre os *cidadãos* estão sempre em choque uns com os outros, e de maneira irreconciliável, como no exemplo da contradição entre os Sem Terra e o latifúndio. Governar para *todos os brasileiros* seria possível se não houvesse interesses antagônicos entre diversos grupos humanos ou classes sociais. Como tal não é verdadeiro, o emprego do termo *cidadania* é nada esclarecedor, na medida em que não revela as contradições sociais e não especifica os personagens em luta. Na prática, a *construção da cidadania* tem acentuado mais ainda a desigualdade social que o próprio termo tenta – de contrabando – esconder.

¹⁶ ALBERTI, Verena, *Ouvir contar – Textos em História Oral*, FGV, 2004, p. 19 (grifo meu).

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), *USOS & ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996, ROUSSO, Henry, p. 97.

¹⁸ Idem, p. 98 (grifos meus).

como mais uma dentre outras fontes igualmente importante. Isto nos remete à discussão sobre o ofício do historiador. Reconstruir o passado? Se é isto mesmo, então o exame de todas as fontes que reflitam a aventura humana em todas as suas dimensões é obrigatório. Se, no entanto, o objetivo é focar os estudos apenas em uma destas dimensões, por exemplo, as mentalidades, é natural privilegiar as fontes orais.

Mas quando falamos em fonte oral, falamos de entrevista. Os depoimentos de quaisquer pessoas que tenham vivido ou presenciado ou participado de determinado evento seriam igualmente válidos? Uns pensam que sim; outros que não. Vejo aqui um passo importante no sucesso ou no fracasso de uma pesquisa. Se a história oral dá voz aos excluídos, é preciso que o historiador tome muito cuidado ao escolher seus entrevistados, pois que nesta escolha o próprio historiador poderá estar excluindo aqueles que realmente ele vinha tentando dar voz. Quando Verena Alberti escreve que *“A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo”*¹⁹, sendo estes entrevistados supostamente “unidades qualitativas”, preocupo-me com a velha questão da aparência nem sempre refletir a essência das coisas. Suponhamos, por exemplo, que o historiador escolhesse alguns diretores do sindicato dos rodoviários do Rio de Janeiro para cobrir algumas lacunas de sua pesquisa referentes às práticas dos trabalhadores nas greves dos últimos 10 anos. Seriam estes diretores sindicais “unidades qualitativas” só pelo fato de serem diretores? Então, que se entreviste não alguns mas toda a diretoria do sindicato! Mas “toda a diretoria do sindicato” seria uma “unidade qualitativa” só por ser diretoria do sindicato? Citei tal sindicato como exemplo por ser ele um dos mais pelegos do município do Rio de Janeiro, um braço dos donos de empresas de ônibus. Ao escolher pré-conceituosamente a direção sindical como unidade qualitativa, o historiador *excluiu* novamente os já excluídos, porque a investigação histórica não deve se deixar encantar pelas pistas que se apresentam facilmente a sua vista, tal como o policial não deveria encerrar precipitadamente uma investigação sobre **suposto** suicídio apenas porque o morto foi encontrado com uma de suas mãos portando um revólver e o lado correspondente de sua cabeça explodido em função de disparo de arma de fogo em curta distância. E se, na verdade, *“suicidaram”* a vítima? E se a direção sindical for toda ela pelega? E se o sindicato, além de braço político patronal for também braço armado dos empresários para o policiamento da categoria e o extermínio físico de suas lideranças, quando necessário? É preciso, pois, ouvir também os supostamente não representativos, não-qualitativos: a oposição sindical, os motoristas e cobradores que nem ligam para o sindicato, etc. Penso que o historiador deve, em qualquer escolha e análise de fontes, pensar como os investigadores policiais: desconfiar de tudo!!! É preciso, pois, ouvir as “unidades qualitativas” dos setores supostamente “não-qualitativos”.

Uma vez realizadas as entrevistas, surge a seguinte questão: as narrativas colhidas foram “provocadas”, não foram, digamos, espontâneas e contemporâneas ao fato ocorrido. Um discurso de um líder sindical numa assembleia de trabalhadores às vésperas de determinada greve é um discurso historicamente espontâneo, uma fonte primária clássica. Uma entrevista com este mesmo líder sindical, anos depois, seria uma fonte “provocada”, um arquivo “provocado” ou “fabricado”. Segundo Jean-Jacques Becker, *“(…) os arquivos provocados podem, indiferentemente, tomar a forma escrita ou oral. Quando Jacques Ozouf ou Jean-François Sirinelli enviam aos professores primários ou normalistas questionários cujas respostas são por escrito, seu procedimento não é diferente daquele da entrevista. Não podemos nem mesmo dizer que a forma oral conduz a uma espontaneidade maior do que a escrita, pois assim*

¹⁹ ALBERTI, Verena, *MANUAL DE HISTÓRIA ORAL*, FGV, Rio de Janeiro, 2004, p. 31.

como as entrevistas dos políticos são redigidas com o maior cuidado [os discursos dos líderes sindicais, no meu exemplo, em geral também são pensados com antecedência e cuidado], antes ou depois, geralmente as pessoas interrogadas numa pesquisa oral pelo menos refletiram no que iam dizer”.²⁰ Concordo com ele. Ademais, digamos que uma entrevista feita por um historiador a um líder político sobre determinado tema seja utilizada por outro historiador para o exame de uma outra pesquisa totalmente diferente (por, exemplo, a vaidade dos políticos ao falarem): a mesma entrevista agora utilizada pelo segundo historiador seria também um arquivo “provocado”? ...²¹

A fonte oral, este documento é, naturalmente, feito de sons. É um documento sonoro. Assim, “somente o som pode reconstituir todas as informações contidas no depoimento”.²² De fato, a transcrição nunca é capaz de reproduzir todas as singularidades do som (sentimentos, pausas, entoação da voz em determinados trechos e sobre determinado assunto, etc.) da mesma forma que um filme baseado num livro nunca transmite todas as singularidades do livro, e vice-versa. Nestas condições, teria a transcrição o mesmo valor que a gravação sonora?

Seria, então, a partir destas especificidades, a história oral uma outra história? Segundo Etienne François, “nem em seus objetivos nem em suas abordagens a história oral merece a qualificação de ‘história diferente’, e a acreditar-se que ela é uma ‘frente pioneira’ da pesquisa histórica e um dos campos em que se opera a sua renovação, como ignorar os múltiplos impulsos, os incentivos e os exemplos que ela encontrou fora dela, a ponto mesmo de alguns se perguntarem se a história oral não deveria parte do seu sucesso ao fato de ter sabido adaptar à história do tempo presente as problemáticas e os métodos desenvolvidos pelo que ainda há pouco chamávamos de ‘nova história’? (...) A história oral não é uma outra história”.²³ François, uma vez reconhecendo a história oral como história, evidentemente que não aceita a sua qualificação de técnica.²⁴ Seria apenas um método? Jean-Jacques Becker nos adverte para o perigo de considerarmos a história oral como sendo uma outra história, ou história alternativa. “Certamente não é o caso de descartar a contribuição da história oral, mas também não é o caso de pretender fazer história com base unicamente na história oral. Desse ponto de vista, a história ‘alternativa’ pode levar a perigosas distorções, a contrasensos e até mesmo a falsificações. Aliás, nunca confiar numa única fonte, é um dos mandamentos da profissão de historiador”.²⁵

Sendo a memória uma das fontes para o ofício do historiador, a discussão sobre a relação entre história e memória vem à tona. Como já dito, a história dos homens é a história material e espiritual dos homens. Só o conhecimento científico é capaz de demonstrar a alienação, quer dizer, a distorção entre a realidade e as representações sobre esta realidade. Penso que a história, enquanto ciência, tem como uma de suas

²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), *USOS & ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996, BECKER, Jean-Jacques, p. 28.

²¹ “Ainda não chegamos ao momento em que os historiadores utilizarão corretamente palavras gravadas por outros, mas a prática deverá difundir-se, provocando novos questionamentos, difíceis de prever”. Idem, VOLDMAN Danièle, p. 36.

²² Ibidem, p. 35.

²³ Ibidem, FRANÇOIS, Etienne, p. 6.

²⁴ “(...) Lutz Niethammer propõe em seguida uma nova definição da história oral: sendo assim, ela não seria nada mais (e nada menos) do que uma ‘técnica de investigação própria da história do século XX’, de certa forma uma ciência auxiliar que está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga. (...) História oral como simples ciência auxiliar da história contemporânea? (...) ainda que a história do tempo presente seja o campo predileto da investigação oral (...) somente as pesquisas de Philippe Joutard bastam para mostrar que a história dos séculos mais remotos pode tirar proveito das pesquisas sobre as tradições orais, a memória e o legendário históricos”. Ibidem, pp. 6 e 7.

²⁵ Ibidem, BECKER, Jean-Jacques, p. 30 (grifo meu).

atribuições reconstruir o passado tal como ele realmente se deu e demonstrar também – através da história da memória ou da história das mentalidades – que o processo histórico real e suas representações caminharam juntos, um condicionando o outro, um modificando o outro, dialeticamente.²⁶ É o que Henry Rousso nos tenta dizer no seguinte trecho: “(...) *a questão ritual das diferenças entre história e memória parece agora um tanto ultrapassada. Primeiro porque é hoje pacífico (ou assim esperamos) que opor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância, sua pretensa cientificidade, e de outro as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos faz tão pouco sentido quanto opor o ‘mito’ à ‘realidade’.* A tarefa dos historiadores é pois dupla. Por um lado (...) *cumpra-lhes satisfazer a necessidade de estabelecer ou restabelecer verdades históricas (...) a fim de descrever a configuração de um fato ou a estrutura perene de uma prática social, de um partido político, de uma nação [etc.] (...) Por outro lado, com métodos e questionamentos diferentes, eles têm que expor e explicar a evolução das representações do passado, como sempre se tentou escrever a história dos mitos e das tradições que são as formas mais evidentes da presença do passado. Em outras palavras, **o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender**”.²⁷ E eu acrescentaria: que é preciso compreendê-la para compreender a história enquanto totalidade em movimento.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oral é uma metodologia da história. Conhecer os seus métodos para fazer, não uma história oral, diferente, alternativa...., mas para fazer, isto sim, *História*, eis aí a grande questão!

Antes, porém, há de se discutir a teoria que iluminará o emprego da metodologia da história oral. Insisto nisto por entender imprescindível.

Como em qualquer outro método, a história oral tem suas potencialidades e limitações, e também os seus riscos, em nosso caso, o de acabarmos mergulhando na micro-história que, se não estabelece relações com a macro-história, seus conhecimentos acabam desperdiçados. Lembro-me do bosque e da árvore. Não perder a perspectiva histórica de explicação do presente – e portanto, em sua totalidade – talvez seja o maior dos desafios para os que operam hoje com história oral. Uma vez superadas estas limitações, o caminho estará aberto para uma renovação historiográfica de grande alcance.

*Evandro de Oliveira Machado
Em 13 de dezembro de 2005.*

²⁶ Ver nota de rodapé nº 1.

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), op. cit., ROUSSO, Henry, p. 97 (grifo meu).